

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.070.008 - SP (2017/0058017-4)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : DAVID VALDEMAR IAVELBERG**  
**ADVOGADO : CÍCERO LUIZ BOTELHO DA CUNHA - SP103579**  
**AGRAVADO : FERNANDO ROBERTO GOMES BERALDO**  
**ADVOGADO : PAULO DE TARSO ANDRADE BASTOS E OUTRO(S) - SP060670**  
**INTERES. : RENATO DOURIVAL LERNER**  
**INTERES. : CENTRAL-AVES COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA**  
**INTERES. : JAYME LAVALBERG - ESPÓLIO**  
**INTERES. : ITA BER IAVELBERG - ESPÓLIO**  
**INTERES. : MOISES IAVELBERG**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por **DAVID VALDEMAR IAVELBERG**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 220/222, e-STJ).

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, III, "a" do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO CONTRA DEVEDOR SOLVENTE Inconformismo do agravante diante da r.decisão do Juiz a quo que determinou a regularização do polo passivo da execução - Matéria já apreciada em decisão anterior Inteligência do art. 473, do CPC Ocorrência da preclusão - Recurso não conhecido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 173/178, e-STJ).

Na origem, a demanda proposta versa sobre agravo de instrumento visando reformar decisão do Juízo de primeiro grau que determinou a regularização do polo passivo da execução. O Tribunal *a quo* não conheceu o reclamo.

Em suas razões de recurso especial, o recorrente, ora agravante, aponta ofensa aos artigos 371 e 489, §1º, IV, 1022, I e II, do CPC/15, 12, V e §1º, 43, 265, I, 301, VII, §4º e 267, IV, §3º, 473, do CPC/73. Sustenta, em síntese: (i) ausência de fundamentação do acórdão e negativa de prestação jurisdicional; e (ii) inexistência de preclusão.

Contrarrazões às fls. 212/219, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob os seguintes argumentos: (i) incidir a súmula 7 do STJ; e (ii) ausência de negativa a prestação jurisdicional.

Daí o presente agravo (fls. 224/238, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual o recorrente busca refutar os óbices elencados pela Corte estadual.

Contraminuta (fls. 240/260, e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece prosperar.**

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 2015 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

2. Quanto à apontada violação dos artigos 489 e 1022, do CPC/15, não assiste razão ao recorrente, porquanto clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem para o deslinde da controvérsia. **(Precedentes: AgRg no Ag 1.402.701/RS**, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 06.09.2011; **REsp 1.264.044/RS**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 08.09.2011; **AgRg nos EDcl no Ag 1.304.733/RS**, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 23.08.2011, DJe 31.08.2011; **AgRg no REsp 1.245.079/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 16.08.2011, DJe 19.08.2011; e **AgRg no Ag 1.407.760/RJ**, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 09.08.2011, DJe 22.08.2011).

Destaque-se, por oportuno, que a matéria apontada como omitida - **i)** dar preclusão contra o recorrente por suposto decisão proferida em 2007 quando este não era parte da demanda; **ii)** não haveria também sequer se cogitar de preclusão de matéria não decidida em seu mérito; **iii)** aplicar de forma errada o artigo 475, do CPC, visto que este fala em preclusão em relação à parte e o recorrente não era parte no processo; e **iv)** negar conhecimento de ofício de nulidade absoluta perpetrada na execução originária, negando vigência aos artigos 12, V, e § 1º, 43, 265, I, CPC/73 - foi objeto de debate pela Corte local, consoante denotam os seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 157/158, e-STJ):

"Como bem observou o Douto Magistrado a quo, nas informações prestadas (fls. 146/149): "... Não tendo havido o pagamento, houve a penhora de um imóvel (fls. 34). CENTRAL DE AVES COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., opôs embargos à execução que foram julgados improcedentes, o que foi mantido pelo Egrégio Tribunal de Justiça e transitou em julgado (fls. 38/39 e 81/83 do apenso). MOISÉS IAVELBERG opôs embargos à execução, que foram julgados improcedentes, o que foi mantido pelo Egrégio Tribunal de Justiça e transitou em julgado (fls. 49/50 e 76/78 do apenso). O crédito que é objeto da ação foi cedido para Fernando Gomes Beraldo (fls.168/173)". Na contraminuta de fls. 78/97, FERNANDO ROBERTO GOMES BERALDO, **comprova que o tema defendido pelo agravante no presente recurso, já foi amplamente abordado nos Embargos mencionados pelo MM. Juiz a quo, em suas informações. Assim, a decisão restou irrecorrida, operando-se, para a espécie, a denominada preclusão, que impede a reapreciação da matéria, nos termos do art. 473 do CPC.**"

Portanto, verifica-se que a controvérsia foi integralmente solucionada pelo Tribunal de origem, com fundamento suficiente, não estando caracterizada a ofensa ao artigo art. 1.022, CPC/15, **pois não há que se confundir entre decisão contrária aos interesses da parte e negativa de prestação jurisdicional**, nem fundamentação sucinta com ausência de fundamentação.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE AGRAVANTE.

**1. Não há falar em ofensa ao art. 1022 do CPC/15, porquanto todas as questões fundamentais ao deslinde da controvérsia foram apreciadas pelo Tribunal a quo, sendo que não caracteriza omissão ou falta de fundamentação a mera decisão contrária ao interesse da parte, tal como na hipótese dos autos.**

2. A matéria debatida pela parte recorrente encontra-se pacificada nesta Corte Superior nos termos do que decidido pelo Tribunal local, no sentido de que a presunção de veracidade da condição de hipossuficiência do postulante da assistência judiciária gratuita é relativa, e não absoluta, não acarretando o acolhimento automático do pedido. Precedentes.

3. Outrossim, a pretensão de que seja avaliada pelo Superior Tribunal de Justiça a condição econômica da parte agravante exigiria o reexame de provas, o que é vedado em sede de recurso especial, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1372130/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 20/11/2018)

**3.** No caso concreto, o Tribunal local, após análise do acervo fático-probatório, entendeu que a questão estaria acobertada pela preclusão, pois amplamente debatida em outros processos. Confira-se trecho extraído do aresto hostilizado (fls. 157/158, e-STJ):

"Como bem observou o Douto Magistrado a quo, nas informações prestadas (fls. 146/149): "... Não tendo havido o pagamento, houve a penhora de um imóvel (fls. 34). CENTRAL DE AVES COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., **opôs embargos à execução que foram julgados improcedentes**, o que foi mantido pelo Egrégio Tribunal de Justiça e transitou em julgado (fls. 38/39 e 81/83 do apenso). MOISÉS IAVELBERG **opôs embargos à execução, que foram julgados improcedentes**, o que foi mantido pelo Egrégio Tribunal de Justiça e transitou em julgado (fls. 49/50 e 76/78 do apenso). O crédito que é objeto da ação foi cedido para Fernando Roberto Gomes Beraldo (fls.168/173)". Na contraminuta de fls. 78/97, FERNANDO ROBERTO GOMES BERALDO, **comprova que o tema defendido pelo agravante no presente recurso, já foi amplamente abordado nos Embargos mencionados pelo MM. Juiz a quo**, em suas informações. Assim, **a decisão restou irrecorrida, operando-se, para a espécie, a denominada preclusão, que impede a reapreciação da matéria, nos termos do art. 473 do CPC ."**

Assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORABILIDADE. PRECLUSÃO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

**1. No presente caso, não é possível rever a conclusão do acórdão recorrido em relação à questão discutida estar acobertada pela coisa julgada e pela preclusão, uma vez que seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, que é vedado em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.**

2. O STJ possui firme o entendimento no sentido de que "ainda que a questão seja de ordem pública, há preclusão consumativa se a matéria tiver sido objeto de decisão anterior definitivamente julgada" (AgRg no AREsp 630.587/SP, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, julgado em 28/6/2016, Dje 1/7/2016).

3. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1064314/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 28/08/2018)

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. LIMITES DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXTRAPOLAÇÃO DOS LIMITES GEOGRÁFICOS E PESSOAIS DO TÍTULO EXECUTIVO. SÚMULA 83/STJ. ILEGITIMIDADE ATIVA. EXCESSO DE EXECUÇÃO. CÁLCULOS. PRECLUSÃO. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. INCIDÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 283/STF. INCIDÊNCIA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. As razões recursais relativas à legitimidade ativa da parte e aos limites geográficos da decisão coletiva cujo título é objeto do cumprimento individual encontram óbice na Súmula 83 do STJ, que determina a pronta rejeição dos recursos a ele dirigidos, quando o entendimento adotado pelo e. Tribunal de origem estiver em conformidade com a jurisprudência consolidada do STJ.

1.1 Independentemente de integrarem os quadros associativos da autora na demanda coletiva, os poupadores detêm legitimidade ativa para o cumprimento individual da sentença coletiva proferida na Ação Civil Pública. REsp 1.391.198/RS, submetido ao rito do art. 543-C do CPC.

1.2. A competência territorial limita o exercício da jurisdição e não os efeitos ou a eficácia da sentença, os quais possuem os "limites da lide e das questões decididas" (art. 468, CPC). A apontada limitação territorial dos efeitos da sentença não ocorre nem no processo singular, e também, como mais razão, não pode ocorrer no processo coletivo, sob pena de desnaturação desse salutar mecanismo de solução plural das lides."

**2. O reexame da ilegitimidade passiva do Banco recorrente e da preclusão da impugnação dos cálculos promovidos pelo exequente demandaria o revolvimento das premissas fático-probatórias**

**estabelecidas pelo v. acórdão recorrido, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado das Súmulas 5 e 7 do STJ.**

3. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF. Aplicação analógica.

4. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1723278/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 03/12/2018)

**4. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI  
Relator